

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.340 - GO (2019/0358343-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO**
ADVOGADOS : **TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - DF023870**
PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO - DF023944
DIEGO BARBOSA CAMPOS - DF027185
MARCELO NEVES REZENDE - RJ204886
CÉLIO JÚNIO RABELO DE OLIVEIRA - DF054934
FRANCISCO FELIPPE LEBRAO AGOSTI - SP399990
OBERDAN FERREIRA COSTA DA SILVA - DF054168
THIAGO SILVEIRA QUADROS - DF056251
JULIANO GOMES AVEIRO - DF057727
JULIA ESTEVES LIMA WERBERICH - DF058042
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por KLAUS STENIUS BEZERRA CAMELO DE MELO contra acórdão proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no julgamento do HC n. 5535459.31.2019.8.09.0000.

O paciente foi denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 171 e 298 do Código Penal.

Após o recebimento da denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, sustentando, em síntese, a atipicidade da conduta e a inépcia da denúncia. A ordem, contudo, foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 302):

EMENTA: HABEAS CORPUS. ESTELIONATO E FALSIDADE DE DOCUMENTO PARTICULAR. INÉPCIA DENÚNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. DECISÃO QUE RECEBEU/MANTEVE O RECEBIMENTO DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. I – Descrevendo a denúncia fato tido como criminoso, com todas as suas circunstâncias, nos termos do disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal, presentes um mínimo fundamentador para o exercício da ação penal e possibilitado o exercício da ampla defesa, não há falar-

se em atipicidade manifesta da conduta ou inépcia da denúncia a ensejar a concessão da ordem, especialmente porque não se faz necessário aprofundada fundamentação na decisão que recebe/mantém a denúncia, por não possuir caráter decisório.

II – ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Neste recurso ordinário, a defesa insiste na tese de que a conduta imputada é atípica, já que não existiu vantagem ilícita ou prejuízo alheio, considerando que os serviços advocatícios contratados foram devidamente prestados. Assevera que a decisão que confirmou o recebimento da denúncia desconsiderou os motivos esboçados pela defesa na resposta à acusação, carecendo, assim, de fundamentação idônea para justificar a decisão de prosseguir com o processo-crime.

Por tudo isso, requer, liminarmente, a suspensão da ação penal e, no mérito, o seu trancamento.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

O trancamento da ação penal pela via mandamental deve ocorrer somente em situações excepcionais, quando, de plano, constatar-se a ausência de justa causa para o prosseguimento, seja por atipicidade manifesta, causa extintiva da punibilidade ou ausência de elementos indiciários de autoria ou prova da materialidade.

Neste caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Desse modo, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se

Superior Tribunal de Justiça

imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Magistrado de origem sobre o alegado no presente *writ*.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator